

“PENSAR COM OUTROS E CONTRA OUTROS”: ENTREVISTA COM ALEJANDRO BLANCO

Realizada por José de Souza Muniz Jr. e Sara Tufano^a

Alejandro Blanco é graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA), mestre em Sociologia da Cultura y Análisis Cultural pela Universidad Nacional de General San Martín (UNSAM) e doutor em História pela UBA. É pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e está vinculado ao Programa de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Autor do livro *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2006), é um dos pesquisadores envolvidos em um projeto de cooperação acadêmica que envolve a UNQ e a USP e resultou, entre outros projetos, na publicação dos dois volumes de *Historia de los intelectuales en América Latina* (Buenos Aires: Katz Editores, 2008).

Esta entrevista foi realizada em função da presença do professor na Universidade de São Paulo (USP), em maio de 2013, quando, a convite do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS), ministrou a conferência “Trayectorias intelectuales en perspectiva comparada: desafíos analíticos, potencialidades y límites”. Retomando alguns temas que perpassaram sua fala nessa ocasião, aqui Blanco fala de sua trajetória pessoal e profissional, em conexão com a história política e social da Argentina, e reflete sobre a sociologia da vida intelectual, a história das ideias e o método comparativo, marcos teórico-analíticos importantes do trabalho de pesquisa que desenvolve atualmente.

Revista Plural *Primeiramente, gostaríamos que nos contasse um pouco sobre sua formação e sua trajetória.*

Alejandro Blanco Eu me formei em Sociologia na Universidad de Buenos Aires, mas, a princípio, havia pensado em cursar Direito. Venho do interior da Argentina, e lá a Sociologia não é uma disciplina conhecida, como em geral ocorre em todos os países do mundo, imagino. A Sociologia é uma daquelas disciplinas metropolitanas, de grandes centros urbanos. Eu nasci em Córdoba, que é uma cidade média, mas, antes de ir para Buenos Aires, eu vivi por quatro anos na provín-

a Respectivamente, doutorando e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

cia de Entre Ríos, em uma cidade pequena, de apenas oitenta mil habitantes. E a expectativa que tem um jovem do interior é por disciplinas tradicionais: Direito, Medicina, Engenharia... Dado que eu provenho de um lar de “não profissionais”, e meus pais têm escolaridade incompleta – minha mãe terminou somente a escola primária, e meu pai não terminou a escola secundária –, eu não tinha preferência por alguma disciplina tradicional por legado paterno. Então, por que escolher Direito? Primeiro, porque é uma disciplina muito visível no interior, mas também, e fundamentalmente, porque eu vinculava a essa disciplina minha vocação política. Nessa época, eu já havia começado a militar no Partido Radical, que, em meados dos anos 1980, se renovou muito e ajudou a reconstruir a vida política argentina rumo à transição para a democracia. Vivi na juventude essa transição, que foi um momento muito interessante da política na Argentina, porque saíamos da experiência da ditadura.

Fui a Buenos Aires, consegui um trabalho – eu vendia gravatas – e, assim, financiei minha formação por seis anos. Comecei a cursar Direito, mas, já depois de seis ou sete aulas do curso, saí correndo e fui estudar Sociologia. Isso porque, enquanto eu fazia o Ciclo Básico Comum – obrigatório para ingressar na Universidade de Buenos Aires –, uma das disciplinas que tive de cursar era Sociologia, e fiquei muito impactado por ela. Após me formar, passei um ou dois anos pensando no que poderia fazer e, então, me inscrevi em um mestrado em Sociologia da Cultura; eu fui da primeira turma. Era um programa novo, elaborado por Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano. O programa ainda existe e, naquele momento, logrou recrutar professores de primeiro nível, no melhor momento de suas carreiras. O mestrado fazia parte de uma fundação privada e logo passou a ser parte da Universidad Nacional de San Martín, que nasceu nos anos 1990. Terminei o mestrado e me inscrevi no doutorado na Universidad de Buenos Aires, dessa vez não na Facultad de Ciencias Sociales, onde está o curso de Sociologia, mas na Facultad de Filosofía y Letras, onde estão os cursos clássicos de humanidades (Filosofia, Geografia, História, Artes e Educação). Fiz o doutorado em História, em função de minha presença em certo programa de trabalho, por volta de 1998. Carlos Altamirano, que havia sido meu professor no mestrado, convidou-me para trabalhar em uma experiência que havia começado há pouco, um programa de pesquisa formado por historiadores e por pessoas de Letras, e cujo diretor, Oscar Terán, era formado em Filosofia. Todos eles estavam engajados em um programa de história intelectual, algo próximo à Sociologia da Cultura. Comecei a ter um universo de referências nesse tipo de discussões, debates, bibliografias, um mundo que eu já conhecia,

mas de maneira um pouco autodidata. Uma vez tendo aceitado o convite de Carlos Altamirano para integrar o programa, inscrevi-me no doutorado em História.

Eu fiz toda a minha carreira sem saber como seria meu futuro profissional, pela simples razão de que o sistema universitário argentino havia sido muito prejudicado durante a ditadura e, em consequência, nos anos 1990 (eu terminei a graduação em 1992), não havia oferta de pós-graduação. Não havia mestrados, muito menos em Ciências Sociais. O que havia era um velho doutorado em Filosofia e Letras, de uma tradição já centenária. Na Facultad de Ciencias Sociales, onde me formei, não havia nem mestrado nem doutorado. Então, aquele que, como eu, terminava a graduação naquele momento não sabia muito bem o que poderia fazer. Uma pessoa imagina para si um futuro profissional olhando para o que os outros fazem. Eu não tinha esses modelos na Argentina, porque a carreira acadêmica não estava sequer em formação, não havia infraestrutura para o desenvolvimento de uma carreira acadêmica. Havia passado pouco tempo da transição – a ditadura terminou em 1983. Então, em 1984, a democracia começou a recuperar sua estabilidade e suas instituições. E eu havia entrado no Ciclo Básico Comum em 1986. Com isso, não quero dizer que tenha sido uma época para lamentar, e sim o contrário, uma época de reconstrução muito estimulante, sobretudo intelectualmente. Muitos de meus professores na faculdade de Sociologia haviam tido suas carreiras interrompidas em Buenos Aires, e muitos se reciclaram nos lugares onde se exilaram, especialmente no México. Trouxeram de lá novidades intelectuais, um marxismo renovado, Gramsci... Eu tive a sorte de ter, no curso de Sociologia, professores que me ofereceram uma boa formação, apesar de toda a precariedade institucional.

Então, comecei a pensar em fazer da Sociologia um modo de vida, uma profissão, quando ingressei no Programa de História Intelectual. Porque eu já tinha um vínculo mais sólido com a universidade, embora já desse aulas quando era aluno. Para vocês isso pode parecer estranho: no Brasil, só são professores aqueles que terminaram sua formação; na Argentina, há o titular de cátedra, os adjuntos, mas há também os JTP (*jefes de trabajos prácticos*) e os auxiliares – que são, sobretudo, alunos. Lá nós somos introduzidos à docência desde muito cedo. Eu era aluno há apenas três anos e já estava à frente de um curso, dando aulas. Isso dá um treinamento que pode ser frustrante, mas pode também ser muito bem aproveitado. Então, eu já tinha muita experiência no ofício de dar aulas, mas meu vínculo era precário, porque o salário era baixo e a dedicação, parcial. Segui vendendo gravatas e, quando me formei, comecei a trabalhar na Facultad de Ciencias Sociales e tive sob minha responsabilidade a coordenação do boletim da faculdade, o *Boletín de Ciencias Sociales*, um *house organ* oficial.

Ao mesmo tempo, trabalhava na secretaria de redação da revista acadêmica da faculdade, *Sociedad*. Então, também aprendi como fazer uma revista, organizar dossiês, etc., tudo porque eu precisava viver e queria deixar de ser um vendedor ambulante de gravatas. Já estava começando a acariciar a possibilidade de fazer disso tudo uma profissão.

Fui fazendo entradas pontuais e fragmentadas na organização universitária. Em 1998, com minha entrada no Programa de História Intelectual, eu já tinha mais impulso nessa direção, também por se tratar de um programa com muito prestígio em Buenos Aires. Seus membros haviam escrito coisas muito interessantes, com as quais eu havia me formado. Eu diria que foi o começo da minha carreira profissional. Pouco tempo depois, em 2005, ingressei como membro de carreira no CONICET (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas), um órgão do Poder Executivo criado em 1957, na “época dourada” da universidade argentina, de promoção à investigação, que confere auxílio à universidade – porque alguém pode pertencer ao mesmo tempo ao CONICET e à universidade. Isso me deu mais segurança para apostar definitivamente em uma carreira acadêmica. É importante mencionar que, na Argentina, tudo o que envolve essa carreira foi muito mais difícil que no Brasil. Hoje, para os jovens que têm entre 25 e 35 anos, tudo é um pouco mais fácil: existem bolsas. Na minha época, havia poucas bolsas e era difícil obter informação de como consegui-las. Agora o CONICET tem ampliado a quantidade de bolsas de doutorado e pós-doutorado, o que não existia nas décadas de 1980 e 1990. Isso revela os enormes esforços que a Argentina teve de fazer e o modo como isso condiciona a carreira das pessoas. A verdade é que foi complicado, e eu me sinto contente, sortudo, porque a maior parte de meus companheiros de geração acabou indo fazer outras coisas: trabalhar em escritórios do Estado, abrir uma consultoria, dar aulas no Ensino Médio... Poucos foram para a pesquisa. Por sorte, nos últimos vinte anos, a Argentina conseguiu melhorar muito essa situação.

Ao mesmo tempo, essa carreira implicou mudanças de orientação intelectual. Nos primeiros anos, minhas inquietações pendiam mais para a cultura de massas. Por exemplo, a primeira pesquisa que eu fiz para o CONICET como bolsista – fui bolsista antes de ser membro da carreira – era sobre revistas de consumo massivo. Interessava-me saber como funcionava a indústria cultural e sua relação com os setores populares. Isso, certamente, tinha a ver com as leituras que eu fazia, toda a escola dos estudos culturais ingleses, que havia entrado na Argentina, sobretudo por meio de uma revista que na minha formação foi muito importante, *Punto de Vista*. Em termos gerais, foi essa revista a que divulgou na Argentina os estudos culturais e a Sociologia da Cultura desde os anos 1980. Esse era meu mundo de

referências entre o final da graduação e o começo do mestrado. É por isso que, como mencionei, minha primeira pesquisa para o CONICET foi sobre revistas de consumo massivo. O interesse pelo que faço agora, que é história das Ciências Sociais, história de disciplinas, história intelectual, tem relação direta com minha inscrição no Programa de História Intelectual de 1998 em diante. Por exemplo, minha tese de doutorado sobre Gino Germani, que é uma história da Sociologia na Argentina centrada nessa figura, é um trabalho que só pude escrever trabalhando com esse grupo, com o qual aprendi muitíssimo. Eu era o mais jovem: Oscar Terán e Carlos Altamirano, os chefes do grupo, de uma geração mais velha; depois uma geração intermediária, com Jorge Myers, Adrián Gorelik e Elias Palti; e então eu. Curiosamente, eu era o único sociólogo, os colegas eram formados em Filosofia, Letras ou História. Com eles aprendi a fazer pesquisa, porque na formação de graduação não se recebia muita instrução sobre como fazer pesquisa. Sabíamos fazer gráficos, um pouco de estatística... Isso servia para trabalhar nos organismos públicos, em consultorias, mas era muito pouco o treinamento que se dava em pesquisa social, e ainda menos nos desafios que eu comecei a enfrentar ao fazer história intelectual. Tive que aprender tudo do zero. Fui aprendendo pelo contato com os novos colegas. Nesse sentido, estou a meio caminho dessas duas disciplinas: sou sociólogo de formação, mas tenho sensibilidade à dimensão histórica por conta da minha inscrição no Programa de História Intelectual e também porque fiz um doutorado orientado à História. Foi uma formação um pouco misturada e muito pouco programada. E não se podia programar, porque eu fui fazendo essa formação à medida que as instituições iam se formando. O sistema de educação superior estava se reconfigurando, retomando as coisas, conformando os conjuntos de professores, fazendo os primeiros concursos. A universidade Argentina, durante a ditadura, foi arrasada.

Revista Plural *E quanto à Universidad Nacional de Quilmes?*

Alejandro Blanco Nos anos 1990 – ironicamente, a década menemista –, o sistema universitário público se expandiu no conurbano. Na Grande Buenos Aires, foram criadas quatro ou cinco universidades, dentre elas a Universidad Nacional de Quilmes, mas também as universidades nacionais de General San Martín e de General Sarmiento, além de outras. E algumas delas fazem uma aposta fortíssima na pesquisa. Eu fiz minha carreira profissional na Universidad Nacional de Quilmes, que foi uma invenção desse período, pois na UBA não havia muitas condições de trabalho, havia pouco financiamento, não havia mestrado, nem doutorado; ao menos na minha disciplina. Nesse sentido, minha carreira profissional

foi possível no contexto dessa expansão do sistema universitário público.

Revista Plural *E quando você começou a trabalhar com a comparação?*

Alejandro Blanco Na pesquisa de doutorado, sobre a Sociologia na Argentina, eu me familiarizei bastante com o período da história argentina entre os anos 1930 e fins dos anos 1960. Enquanto fazia a pesquisa, já tinha muita curiosidade sobre o que havia acontecido no resto da América Latina. Mas, curiosamente, não comecei pelo Brasil. E penso que isso foi assim, em parte, porque, até esse momento, o Brasil era para mim um mundo desconhecido. O México era um mundo bastante conhecido, porque havia os professores que voltavam do México, os *argenmex*, a casa argentina no México, todas essas coisas e mitologias que circulavam nos corredores da faculdade. E, depois, certamente, também um pouco do Chile, porque o Chile havia sido uma experiência muito importante nos anos 1950 nas Ciências Sociais – CEPAL, Raúl Prebisch. Tendo defendido a tese, em 2005, fui no ano seguinte para o México e fiz um estágio curto de investigação, pesquisando nos arquivos do Fondo de Cultura Económica. Porque eu já havia estudado o mundo editorial na Argentina e já havia percebido a importância que o FCE havia tido na Argentina. Havia lido que também para os brasileiros o FCE tinha sido importante – Fernando Henrique Cardoso disse que leu Weber por intermédio do FCE –, e isso despertou minha curiosidade sobre essa empresa. Fui ao Fondo e pesquisei, sobretudo, a coleção de Sociologia que havia sido dirigida por Medina Echevarría. Logo, comecei a me familiarizar com o que havia sido a experiência mexicana e olhei também para a experiência chilena e a uruguaia.

Em 2006, aconteceu um colóquio que foi parte de um encontro para preparar um livro sobre a história dos intelectuais na América Latina. O encontro já era parte de uma relação que nosso programa havia estabelecido com o programa de Sergio Miceli na USP. Foi então que conheci Luiz Carlos Jackson. Começamos a trocar impressões, o que cada um fazia – Luiz pesquisava Antonio Candido, sociologia no Brasil –, comecei a inteirar-me e conhecer a bibliografia brasileira; e Luiz decidiu fazer um estágio de pós-doutorado na UNQ e então começamos a desenhar o projeto de uma investigação comparada, que foi muito gratificante do ponto de vista pessoal e enormemente enriquecedor do ponto de vista intelectual. Em princípio, porque, na comparação, não é que alguém aprende algo que não sabia: agora sabe também, de outro modo, o que já sabia. Eu diria que alguém passa a saber de outra maneira *e melhor* o que já sabia, porque aprendeu a olhar seu objeto de outro lugar. É incrível como a comparação sacode os preconceitos que nós temos sobre nossa própria cultura e sobre outras culturas também, porque temos preconceitos

sobre os outros mesmo quando não os conhecemos. A comparação é um exercício de higiene intelectual. Esse foi para mim um momento de aprendizado, porque eu havia terminado o doutorado – que é uma pesquisa de grande esforço, leva tempo, é um trabalho um pouco solitário... Ao fim desse processo, a pessoa sai esgotada e não sabe o que fazer. Por sorte, quando comecei a ver o que se poderia fazer com o tema da América Latina – seria interessante abrir um pouco a discussão sobre a figura de Germani –, comecei a dar-se esse encontro com o Brasil.

Revista Plural *Nessa comparação entre Brasil e Argentina, São Paulo e Buenos Aires, de que maneira vocês escolheram estudar Florestan Fernandes e Gino Germani, em uma comparação que envolve Sociologia e crítica literária?*

Alejandro Blanco O primeiro momento foi de familiarização com a experiência. E o que começamos a encontrar, uma vez que passamos a trocar figurinhas, é que há coisas muito parecidas: dois homens de origem nas classes baixas, que vêm de fora do campo intelectual, isto é, não são figurões, são “de fora”, marginais. Ambos são “chefes de escola”, líderes que formam grupos e que geram brigas com outros. Quando eles chegam ao campo intelectual, as coisas ficam “pesadas”. Ao mesmo tempo, duas obras potentes. Dois homens que deixaram instituições, novas linguagens e um ambicioso programa de pesquisas, mas que também escreveram livros importantes e deixaram marcas nas representações que essas comunidades têm sobre si próprias. E, curiosamente, os dois chegam ao auge no mesmo momento: Florestan em 1954, quando Bastide volta à Europa, e Germani em 1955. Fenômenos coetâneos.

Em um momento, pensamos: “Talvez estejamos exagerando as semelhanças e em outros lugares isso também tenha acontecido”. Por isso começamos a olhar para outros países, como o México, para ver como tinham sido essas experiências. E, efetivamente, o que se percebe, ao fim do exame dos casos na América Latina, é que somente nessas duas cidades, São Paulo e Buenos Aires, deram-se experiências com características tão semelhantes. Com muitas diferenças, de que nos demos conta durante o trabalho, mas ao mesmo tempo notavelmente similares. Então, percebe-se que a comparação permite perceber ou identificar problemas e questões que, de outro modo, em estudos de casos isolados, não seriam aventados. Isso nos levou a fazer uma comparação mais firme, olhar mais de perto. Ademais, percebemos esse outro fenômeno, coetâneo ao da Sociologia, que é o nascimento de uma crítica literária com vocação sociológica. Também aí as figuras de Antonio Candido e Adolfo Prieto são muito diferentes, mas ao mesmo tempo têm algo que as unifica, que é a ideia de utilizar os instrumentos da Sociologia para ler a formação

da tradição literária, para investigar a história literária. Saímos novamente a olhar para a América Latina e vimos que não havia nada parecido. O mais próximo que há desses dois personagens é o crítico uruguaio Angel Rama, que funciona como uma espécie de caso de controle. Em todo o caso, é certo que não é nada casual que essa orientação de um setor da crítica literária, a orientação sociológica, tenha surgido em dois lugares onde havia programas fortes de Sociologia. Começamos a armar a outra sessão do trabalho: olhar para a tradição da crítica literária em cada contexto. Era preciso analisar o trajeto dessa tradição, o que era ser um crítico literário nos anos 1920, nos anos 1940, nos anos 1960... Então, assim como havíamos mapeado a história da Sociologia no Brasil e na Argentina no século XX, fizemos um mapeamento da tradição da crítica literária nos dois países.

Em função desse problema de pesquisa, trabalhamos com três dimensões que, para nós, serviram como parâmetros para avaliar as experiências. Primeiro: a universidade, ou seja, a organização acadêmica: afinal, que tipo de universidade permite o nascimento desse tipo de intelectuais? Segundo: como eram as tradições intelectuais e de que modo elas condicionaram o surgimento dessas figuras? Terceiro: uma dimensão que ainda não foi suficientemente trabalhada ou com a qual ainda não estou plenamente satisfeito, a relação entre mundo intelectual e mundo político, que tem sido historicamente muito diferente em um caso e em outro e que mereceria uma investigação mais cuidadosa. Essa relação marcou muito a formação da universidade e também o trajeto dos indivíduos que nós estudamos. As trajetórias de Germani e Prieto são muito descontínuas, porque descontínua é a história da universidade na Argentina, submetida a muitas intervenções políticas durante quase todo o século XX. As trajetórias de Candido e Florestan, por outro lado, são cumulativas e contínuas. Claro, sabemos que a carreira de Florestan se entorpece em 1964 e ele tem que se aposentar em 1969, mas, até 1964, trata-se de uma carreira com maiores possibilidades de acumulação, de estabilização. As duas carreiras argentinas, curiosamente, são muito enroladas.

Revista Plural *E quanto ao caso mexicano, de Pablo González Casanova, o que encontraram?*

Alejandro Blanco No México, o primeiro intento de fundar uma Sociologia moderna ocorre com o espanhol José Medina Echavarría, que era parte da migração intelectual muito significativa que o México recebeu em fins dos anos 1930 e que teve impacto não somente na Sociologia, mas também na Filosofia, nas Humanidades, na Literatura. Foi uma migração que incluiu não apenas professores, mas também tradutores, editores, além de pessoas que já haviam sido membros

importantes das universidades, como reitores, ou seja, organizadores intelectuais. E com a colaboração dessa migração o México logra montar, em fins dos anos 1930 e início dos anos 1940, as primeiras estruturas de um sistema intelectual moderno, além de fundar essa editora que será decisiva para a América Latina, o Fondo de Cultura Económica. Nesse contexto, Medina Echavarría é um personagem muito interessante para a história da Sociologia na América Latina, porque é um espanhol que concluiu sua formação na Alemanha. Nos anos 1930, antes da Guerra Civil Espanhola, ele havia ganhado uma bolsa para formar-se na Inglaterra e nos Estados Unidos. Foi o tradutor de Max Weber para os latino-americanos. É um personagem que está no centro das forças, dos movimentos intelectuais mais importantes das Ciências Sociais nesse momento, mas então ele interrompe sua carreira, tem que sair da Espanha por conta da Guerra Civil e vai para o México. Lá, funda-se nesses anos o Colégio de México, que é uma das instituições mais prestigiosas da educação superior no México, uma instituição pública que não se poderia explicar sem a presença desses migrantes espanhóis. Então, Medina Echevarría fundou, em 1943, um centro de Ciências Sociais que durou apenas três anos. Esse centro era muito inovador para a época, porque montou um currículo que tinha Sociologia, Economia, Ciência Política e Antropologia. Nos anos 1940, a interdisciplina era algo ainda incipiente. Monta-se, então, esse centro orientado à pesquisa, para formar graduados em Ciências Sociais, porém, há problemas domésticos, brigas com Cosío Villegas, problemas de concepção, porque Medina Echevarría era o mentor intelectual, mas aqueles que davam apoio a essa instituição tinham outra ideia na cabeça: formar funcionários e renovar uma elite; mais ou menos como os planos da USP em seus inícios: renovar a elite política paulista, não criar “Florestans”. Na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA também foi assim. Portanto, o projeto de Medina Echevarría fracassou, durou apenas uma turma e fechou em 1946. A universidade mexicana é muito tradicional para ele nesse momento, por isso ele encontra muitas dificuldades para desenvolver sua carreira lá. Tanto é assim que ele vai para a Colômbia, onde passa um ano dando aulas, depois passa por Porto Rico, até que, em 1952, viaja para o Chile, convidado pelo secretário da CEPAL, Raúl Prebisch. E a verdadeira carreira acadêmica de Medina Echavarría, sua obra de maior impacto, acontece no Chile, porque até então ele não havia escrito uma linha sequer sobre América Latina. As coisas que ele havia escrito eram trabalhos de defesa da Sociologia como disciplina moderna, sobre intelectuais, a relação da Sociologia com o mundo moderno, trabalhos muito programáticos, mas nada sobre América Latina. Quando vai para o Chile, há toda uma experiência de montagem de um sistema intelectu-

al para elaborar relatórios sobre a América Latina. A CEPAL é isso, uma instituição que vai ser decisiva para as Ciências Sociais porque inicia um exame da experiência latino-americana, um processo tremendamente inovador, relevante e com altíssimo impacto para a formação dos Cientistas Sociais nesse momento. Não se esqueçam de que nesses anos, de 1952 a 1965, também se cria a FLACSO, que foi a primeira faculdade latino-americana de Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, cria-se o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS). Trata-se, portanto, de um momento de efervescência latino-americana, o qual certamente põe em contato muitas experiências, mas, no México, Medina Echavarría não logra implantar a Sociologia, e Casanova, que havia se formado historiador no Colégio de México e se doutorou na França com Georges Gurvitch, é quem irá tomar essa aposta. Em 1958, ele assumiu a direção da Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais, que havia sido fundada por Lucio Mendieta y Núñez, e cumpriu um papel central na modernização do *currículum* da escola. Seu livro *A democracia no México*, de 1965, serviu de base para muitas pesquisas posteriores, mas sua experiência está muito distante das que falávamos antes. Casanova não deixou uma escola nem criou um forte programa de pesquisa, como sim o fizeram Florestan e Germani. Nesse sentido, o caso mexicano se distancia das experiências portenha e paulistana.

Revista Plural *Poderia nos falar sobre as diferenças entre as agendas intelectuais de Florestan Fernandes e de Gino Germani?*

Alejandro Blanco Nesses anos, há uma agenda das Ciências Sociais que poderíamos chamar de “internacional”. Esses dois personagens fazem carreira em um momento em que o mercado acadêmico inicia um processo de internacionalização, e isso afeta também as Ciências Sociais. As sociologias nacionais, fechadas sobre si mesmas, vão se abrindo, e vai se formando algo semelhante a uma comunidade internacional. É um fenômeno típico do pós-guerra. A International Sociological Association, por exemplo, é uma instituição do pós-guerra. Começa a surgir um circuito de mecenato internacional, um mecenato que na verdade tem pouco de internacional, porque todo o financiamento vem dos Estados Unidos. Isso quer dizer que os praticantes dessa disciplina já estão inseridos em um contexto completamente novo. Essa nova agenda inclui interesses de modernização e desenvolvimento dessas sociedades. Não casualmente, o trajeto desses personagens e dessa disciplina coincide com ciclos de governos desenvolvimentistas, tanto no Brasil como na Argentina. Toda a discussão nesses anos, do pós-guerra em diante – uma discussão, aliás, muito apoiada pela CEPAL –, é a industrializa-

ção. A pergunta é: como fazer para que nossos países comecem um caminho firme de industrialização? Nesse ponto, a Sociologia acredita que tem algo a dizer, porque pode se converter em uma espécie de sociotécnica, uma disciplina que pode indicar os problemas, os obstáculos. A questão era saber quais obstáculos ou propriedades da estrutura social de cada comunidade nacional se opunham a um processo firme e cumulativo de industrialização. Essa é a agenda internacional que vai se conformando no cultivo da disciplina, em toda a América Latina.

Porém, ao mesmo tempo, cada país tem tradições intelectuais e problemas específicos. Se no Brasil a escravidão é um problema-chave para entender sua formação, na Argentina, que vem de uma experiência diferente, o grande problema é o da imigração. Basta comparar as porcentagens: na Argentina, a porcentagem de imigrantes sobre a população total era de 30%. No Brasil, era de 5%, ou seja, muito pouco significativa. Embora os dois sociólogos tenham articulado seus programas de pesquisa em torno de uma Sociologia da modernização, as ênfases, os pontos de vista, as preocupações foram diferentes. O programa de Florestan se centrou na análise dos condicionantes sociais do desenvolvimento econômico capitalista e das respostas políticas dos diferentes agentes envolvidos em tal processo, já o de Germani estava focado no estudo das transformações da estrutura social e de seu impacto na democratização da ordem política. Os itinerários que os conduziram a tais programas foram também distintos. Florestan começou com temas “frios”, como o folclore e as sociedades indígenas; a pesquisa com Roger Bastide sobre a questão racial marcou para ele a passagem para os temas “quentes”, relacionados ao problema da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, eixo da discussão posterior sobre a formação da sociedade de classes no Brasil. No caso de Germani, as pesquisas sobre a modernização tiveram origem nos debates extremamente politizados sobre a imigração e o peronismo. Sempre me pergunto por que Florestan não se ocupou do varguismo. Afinal, era uma experiência que ele tinha diante dele. Germani nasce na cena intelectual argentina interpretando o peronismo; ele se torna reconhecido e ganha visibilidade porque trata de um fenômeno do qual todos estão falando. Nesse sentido, a experiência de Germani tem muita analogia com a de Durkheim, porque o sucesso do empreendimento intelectual durkheimiano dependeu muito de como ele conectou sua agenda aos problemas da Terceira República. No caso de Florestan, que começa a interrogar a experiência brasileira pouco depois de se formar, seus primeiros trabalhos são antropológicos, não têm muito a ver com o debate público brasileiro.

Revista Plural *Isso se deve à influência da missão francesa?*

Alejandro Blanco Certamente. Mas, se você compara as obras, percebe também que a agenda de Germani é, ao mesmo tempo, mais latino-americana. Em *Sociologia da modernização* (1969), ele tenta oferecer um quadro comparativo das experiências na América Latina, e inclusive o livro tem uma seção onde o autor compara as experiências políticas do varguismo e do peronismo. De fato, Germani é um dos primeiros praticantes de uma Sociologia comparada da América Latina.

Revista Plural *Quais seriam os limites do método comparativo?*

Alejandro Blanco Um limite está dado pelo fato de que a pessoa sempre vai ter maior controle do próprio universo. O pesquisador tem maior capacidade de controlar o próprio universo, simplesmente porque se formou nele, provém dessa tradição. Outro limite é o dos informantes, que são a literatura secundária, porque essa literatura não é simples: são muitas vozes que têm interpretações opostas sobre os mesmos arquivos. Muitas vezes, é complicado decifrar qual é a interpretação mais plausível sobre os fenômenos que você está tentando entender para realizar a comparação. Além disso, há um primeiro obstáculo ou limite: afinal, o que é comparável? Não se pode comparar qualquer coisa. O maior limite é encontrar, a partir de um exercício de observação muito rigoroso sobre experiências diferentes, o que pode ser comparado, isto é, encontrar o problema a partir do qual se quer fazer a comparação. Em nosso caso, a comparação Brasil-Argentina se mostrou pertinente com relação a duas perguntas simples. Primeiro: por que a experiência de uma Sociologia com as características que eu mencionei antes ocorreu somente em São Paulo e Buenos Aires? Segundo: por que a emergência de uma crítica literária com vocação sociológica ocorreu só em São Paulo e Buenos Aires? A partir de observações dessa natureza, você descobre um problema de pesquisa com o qual se pode avançar na comparação.

Eu penso que muitas das resistências ao estudo comparado provêm do fato de que a comparação entra em tensão com alguns dos princípios mais caros ao trabalho do historiador. Uma primeira objeção é que a comparação quebra a continuidade entre os fenômenos ao vê-los como casos independentes que são reunidos analiticamente para que se interroguem as semelhanças e as diferenças entre eles. Assim, por exemplo, observamos Florestan em contraposição com Germani, e não em relação com os outros sociólogos brasileiros que o precederam e com aqueles outros que foram seus coetâneos. Também, e dado que resulta impossível comparar “totalidades”, no sentido de individualidades, sempre são certos aspectos os que são submetidos à comparação. Nesse sentido, a comparação implica seleção, abstração

e descontextualização em algum grau. Dessa maneira, tende-se a isolar os objetos da comparação do contexto em que estão inseridos e a partir do qual adquirem sentido. De novo, essa operação afeta a um dos princípios mais caros ao historiador, o da contextualização. Outro risco implícito na comparação é terminar “normalizando” um dos casos, e imediatamente o outro aparece como “desvio”. Por isso, o trabalho comparado exige uma estrita vigilância e a permanente aplicação de um princípio que poderíamos denominar “reciprocidade de perspectivas”. Todas essas objeções são legítimas, mas devemos reconhecer – e nisso eu gostaria de fundar minha defesa de perspectiva comparativa – que a comparação não faz mais que enfatizar e tornar manifesto o que está implícito em qualquer tipo de trabalho histórico, ou seja, um forte componente construtivo e seletivo. Nesse sentido, a comparação é um saudável exercício de autorreflexão, pois o trabalho do historiador, não obstante sua atenção à continuidade e ao contexto, põe sempre em jogo uma série de operações que são seletivas – onde começa e onde acaba um contexto? –, relacionadas com um determinado ponto de vista e, por isso mesmo, analíticas.

Revista Plural *Durante sua palestra na USP, você comentou que a ditadura na Argentina foi muito dura, professores tiveram que sair do país, e que no Brasil, ao contrário, a universidade cresceu e que isso tem a ver com as elites militares, mas que não há uma pesquisa a respeito.*

Alejandro Blanco Não, não há. Falando apenas do caso das Ciências Sociais, na Argentina a intervenção militar de 1966 bloqueou quase totalmente o processo de institucionalização, no sentido de que as experiências que existiam até então foram literalmente desmanteladas, e não só na universidade pública, mas também nas poucas experiências que havia na universidade privada. A intervenção militar na universidade atingiu diretamente Gino Germani e sua equipe. Para que se tenha uma ideia aproximada, dos vinte e oito professores que integravam o Departamento de Sociologia na UBA em 1966, restaram quatro em 1967; e o Instituto de Sociologia, que contava com vinte e nove membros e desenvolvia quinze projetos de pesquisa, foi fechado. No caso brasileiro, houve perseguições pontuais que afetaram o grupo hegemônico de sociologia liderado por Florestan Fernandes, implicando a descontinuidade do programa de pesquisa que desenvolviam, mas, ao mesmo tempo, houve uma notável expansão do ensino superior e das Ciências Sociais durante o período militar, patrocinada pelo governo. Por quê? Uma primeira hipótese pode ter a ver com a natureza das elites militares. Há talvez outros problemas, mas penso que é preciso analisar esses grupos que tomam o poder e o controle sobre os recursos públicos. Então seria interes-

sante fazer uma pesquisa comparada. De início, documentar de que modo as Ciências Sociais se viram favorecidas no Brasil: quantidade de teses, programas de pós-graduação, etc., depois, documentar tudo o que foi cortado e todas as experiências que se travaram na universidade argentina de 1966 em diante. Após o mapeamento dessas duas experiências, pesquisar a composição das elites militares e a história dos militares na experiência de cada cultura, pois os militares que estavam ali não vêm do ar. Eles vêm de uma corporação que tem uma história no Brasil e uma história na Argentina.

Revista Plural *Ou seja, é preciso cruzar a diacronia com a sincronia.*

Alejandro Blanco Exatamente. Não se pode entender o comportamento das elites militares nos anos 1960 se não se inscreve esse comportamento em uma tradição. É preciso compreender como é a história dos militares em uma sociedade e qual tem sido a relação dos militares com o sistema de educação superior, com a cultura, etc. Isso é algo que ainda não se fez na Argentina, nem no Brasil. Lembro-me só de um artigo do Renato Ortiz, sobre as Ciências Sociais no Brasil, em que ele dedica um parágrafo ao tema. Na Argentina, até onde sei, estão começando algumas pesquisas sobre o assunto.

Revista Plural *Quais você considera que sejam as linhas teóricas da história intelectual e da Sociologia da Cultura mais desenvolvidas no Brasil e na Argentina?*

Alejandro Blanco No Brasil, há uma linha de trabalho que na Argentina não temos, uma Sociologia da vida intelectual – é, sublinho, uma Sociologia. Isso, literalmente, não existe na Argentina, e as poucas coisas que há são muito pontuais. O mais parecido com isso é desenvolvido por pessoas que não provêm da Sociologia, mas de outras disciplinas, como a crítica literária e a História – é o que se chama, na Argentina, de História intelectual. Com respeito à sua pergunta pontual, eu diria que há uma linha de pesquisa que põe mais ênfase no personagem do que nas obras, porque se preocupa em interrogar a vida intelectual desse personagem: onde se formou, de que família vem, quais são seus amigos, quem são seus professores, de que círculos participa... Não é que não se estudem as obras, mas elas são secundárias. A interrogação se concentra nos processos da vida intelectual: as instituições, as tradições, os gêneros, os circuitos, as revistas. A outra grande linha se ocupa mais das obras e deixa em segundo plano quem as produziu, de onde vêm os personagens, como se formaram, quem os formou, em que instituições se formaram.

Se você se fundamenta somente nas obras, pode ficar tentado a achar que na relação entre as obras há um vínculo que é imanente a elas, isto é, você pode pensar que nas obras irá encontrar as respostas sobre tais relações. Há casos em que uma obra trata de um tema e depois, nas obras seguintes, a pessoa muda de tema. Como explicar isso? “Porque se deu conta de que aquele enfoque estava um pouco equivocado e, então, mudou de enfoque”, isso diria um historiador das ideias ou um sociólogo da cultura que enfatiza as obras. O outro, em contraponto, diria: “Para que você possa entender essa mudança, precisa entender o que aconteceu no ambiente desse personagem, o que houve com as instituições, o que aconteceu no mundo que o rodeia”. E, claro, essa diferença implica selecionar bibliografias distintas. Se você gosta de estudar as ideias, mas pretende falar do campo intelectual, precisa voltar a Bourdieu e começar a construir as posições dentro de um campo.

Revista Plural *Sabemos que a Sociologia tem a pretensão de compreender a realidade social e de intervir nessa realidade. Você acha que a Sociologia da vida intelectual, a história da vida intelectual, tem a pretensão de fazer com que os intelectuais pensem a si próprios ou de mudar o rumo das disciplinas?*

Alejandro Blanco Essa é uma pergunta difícil, mas que deveríamos nos fazer mais frequentemente, porque, no fundo, é para isso que estamos trabalhando. Afinal, para que serve o que a gente faz? Em princípio, penso que o primeiro subsídio que esse tipo de pesquisa oferece é a autorreflexão, como uma sociedade reflete sobre si, como nós refletimos sobre os problemas concernentes à vida intelectual. Os praticantes da Sociologia e da História da vida intelectual nos dizem como foram certas experiências intelectuais, quais foram os problemas enfrentados pelos agentes, que projetos interessantes se abortaram, por que foram abortados. Então, se você é capaz de formular observações dessa natureza, você se arma de ferramentas para controlar reflexivamente o presente. Se você sabe quais aspectos favoreceram as experiências, que parecem satisfatórios para a vida intelectual e para o desenvolvimento do sistema científico; se você encontra quais foram os fatores que promoveram esse tipo de orientação e, ao contrário, quais foram os fatores que a obstaculizaram, a partir disso você pode construir instrumentos de intervenção sobre as práticas. A Sociologia da vida intelectual nos ajuda a entender como atuam os processos sociais na promoção de determinados processos intelectuais.

E aquela mesma pergunta pode ser feita para a História: para que serve a História? Uma disciplina que nos fala de uma experiência situada há um século

tem uma função de memória que é importante, mas também tem uma função de autorreflexão. Uma sociedade que conhece suas origens sabe melhor de onde ela vem. Ao mesmo tempo, a História da vida intelectual tem um tema complicado: as agendas que vão formulando as disciplinas vão se definindo no jogo de oposições entre grupos rivais. Quando se fala de “comunidade científica”, não se trata de um grupo de pessoas sentadas ao redor de uma mesa e que pensam da mesma maneira. Muito longe disso. As agendas emergem das lutas por inquietações que têm os grupos e das lutas por recursos, porque sem recursos não se faz muita coisa, muito mais nos sistemas intelectuais do século XX, onde a universidade e os recursos públicos são decisivos para a evolução da ciência.

Revista Plural *Compreender onde estão os recursos também pode fazer parte de uma Sociologia da vida intelectual?*

Alejandro Blanco Claro. E isso se faz pouco. Termina-se muito deslumbrado com a vida espiritual, as ideias, os debates, mas, enquanto tudo isso acontece, está em disputa a destinação dos recursos, que é decisiva para que uns projetos triunfem e outros não, independentemente da qualidade de cada um deles. O erro de fazer História intelectual “no ar” é acreditar que os que triunfaram o fizeram porque são bons. Não é assim. Triunfaram por muitas razões, e há que procurá-las. A Sociologia da vida intelectual é sensível a essa dimensão dos recursos e ao modo como são angariadas as instituições, bem como os apoios políticos. Reprova-se muito a história das ideias por não se preocupar com isso, por restringir-se a obras, ideias, projetos.

Outro problema, para aqueles que estudamos, figuras intelectuais, é controlar a tentação de idealizar o personagem, evitar que tudo remeta a ele. Quando olhamos para a trajetória de um personagem, da qual já se tem a versão final, existe a tentação de concluir que ele sempre quis ser um intelectual, sempre quis escrever essas coisas, sempre se interessou por tais problemas da sociedade. Ora, essas cristalizações da vida têm de ser entendidas em um contexto, com outros. Eu lembro sempre de uma frase de Karl Mannheim, um autor um pouco esquecido. Uma das primeiras frases de *Ideologia e utopia*, um livro que tem um programa de pesquisa em Sociologia da cultura e em Sociologia dos intelectuais, diz algo assim: “as pessoas não pensam sozinhas, pensam sempre *com* outros e *contra* outros”. Ele escreve isso nos anos 1930, quando o que os historiadores do pensamento faziam era analisar uma obra e os distintos pontos de mudança, de inflexão, dentro dessa obra, na cabeça desse pensador. Para Mannheim, um programa novo deveria se dar conta de que nós sempre pensamos *com* outros, o que implica já um grupo,

e sempre pensamos também *contra* outros, porque as sociedades estão sempre divididas, estratificadas, hierarquizadas. Temos que considerar esse duplo jogo. O que um intelectual pensa sempre tem de ser considerado em função do grupo ao qual ele pertence, *com quem* ele está pensando, ou seja, que experiências ele está objetivando e de que grupo seu pensamento é a objetivação. Ademais, também *contra que* pensamentos ou objetivações ele está pensando. É esse o problema da ilusão biográfica: tudo remete à pessoa. Você fica enclausurado e compra tudo o que ele diz. Nesse sentido, a Sociologia oferece instrumentos para se distanciar, para romper com esse encantamento.

